

Dilma quer estipular linha de pobreza

SÃO PAULO - A presidente eleita Dilma Rousseff (PT) deverá estabelecer linhas oficiais de pobreza e de indigência no país para monitorar as políticas sociais do governo e medir a melhoria das condições de vida da população. O valor ainda não foi estabelecido, mas existe a possibilidade de o novo governo fixar em R\$ 108 a renda familiar por pessoa como linha de pobreza.

A sugestão desse valor é do economista e coordenador do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getu-

lio Vargas, Marcelo Neri, que apresentou um seminário sobre políticas sociais para a equipe de transição do futuro governo em novembro, com a ministra do Desenvolvimento Social, Márcia Lopes, e o economista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Ricardo Paes e Barros. De acordo com Neri, Dilma — que prometeu em seu discurso de vitória erradicar a miséria e criar oportunidades para todos os brasileiros e brasileiras — quer sofisticar a tecnologia social e suplantando os ga-

nhos do governo Lula, que considerava uma herança bendita, porque diminuiu a pobreza em 45%.

A ideia, segundo Neri, é que a meta de erradicar a miséria seja tratada como a meta de inflação. "Se tem uma meta de erradicar a pobreza é preciso saber qual o critério. Do mesmo modo que há uma meta de inflação, que escolheu o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) como medida", comparou. Para Marcio Pochmann, presidente do Ipea, o Brasil está na direção corre-

ta, mas é preciso uma sofisticação nas políticas. "Por isso, se pensa ser necessário estabelecer uma linha administrativa da pobreza extrema", disse.

O Ipea está fornecendo dados e análises para a definição dessas políticas e para fixar as linhas de miséria e de pobreza. Pochmann não quis adiantar os valores, mas assinou que não é apenas uma decisão monetária ou administrativa e política, mas também uma escolha técnica com base na realidade.